

A geografia e a história da luta pela terra em Mato Grosso do Sul: conquistas e desafios para o campesinato

Adenilso dos Santos Assunção

Universidades Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: adeassuncao@gmail.com

Rodrigo Simão Camacho

Universidades Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: rodrigocamacho@ufgd.edu.br

Resumo

Este artigo tem o objetivo contribuir para uma reflexão acerca da questão agrária em Mato Grosso do Sul. Relatamos os processos históricos da grilagem de terra e expulsão das populações do campo pelo capital monopolista que teve como consequência, por um lado, a concentração da terra e o desenvolvimento do capitalismo no campo, mas por outro, fez com que os sujeitos excluídos se organizassem para lutar pela recriação camponesa por meio dos movimentos socioterritoriais. Esta luta levou a territorialização camponesa expressa na conquista dos assentamentos rurais no estado. A metodologia do artigo tem como base, em sua primeira parte, a discussão teórica a partir de livros, artigos de periódicos e teses de doutorado relacionada à luta pela terra no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul. Na segunda parte desenvolvemos pesquisa de campo junto aos órgãos federal, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e estadual, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (AGRAER).

Palavras-chave: Latifúndio; movimentos socioterritoriais; reforma agrária; luta pela terra.

The geography and history of the struggle for land in Mato Grosso do Sul: achievements and challenges to the peasantry

Abstract

This article aims to contribute to a reflection on the agrarian issue in Mato Grosso do Sul. We report the historical processes of land grabbing and the expulsion of people from the countryside by monopoly capital, which had, a consequence, on the one hand, the concentration of land and the development of capitalism in the countryside, on the other hand, made the excluded subjects organize themselves to fight for peasant recreating through socio-territorial movements. This struggle led to peasant territorialization expressed in the conquest of rural settlements in the state. The methodology of the article is based, in its first part, on the theoretical discussion based on books, journal articles and doctoral theses related to the struggle for land in Brazil and in the state of Mato Grosso do Sul. field with the federal agencies, Institute of Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and state, Agency for Agrarian Development and Rural Extension of Mato Grosso do Sul (AGRAER).

Keywords: Large rural property; socioterritorial movements; land reform; struggle for land.

La geografía y la historia de la lucha por la tierra en Mato Grosso do Sul: logros y desafíos para el campesinado

Resumen

Este artículo tiene como objetivo contribuir a una reflexión sobre el tema agrario en Mato Grosso do Sul. Reportamos los procesos históricos de acaparamiento de tierras y la expulsión de personas del campo por el capital monopolista, que tuvo como consecuencia, por un lado, la concentración de tierras y el desarrollo del capitalismo en el campo, por otro lado, hizo que los sujetos excluidos se organizaran para luchar por la recreación campesina a través de movimientos socio-territoriales. Esta lucha condujo a la territorialización campesina expresada en la conquista de los asentamientos rurales en el estado. La metodología del artículo se basa, en su primera parte, en la discusión teórica basada en libros, artículos de revistas y tesis doctorales relacionadas con la lucha por la tierra en Brasil y en el estado de Mato Grosso do Sul. En la segunda parte llevamos a cabo investigaciones de campo con las agencias federales, el Instituto de Colonización y Reforma Agraria (INCRA) y el estado, Agencia para el Desarrollo Agrario y la Extensión Rural de Mato Grosso do Sul (AGRAER).

Palabras clave: Latifundio; movimientos socio-territoriales; reforma agraria; lucha por la tierra.

Introdução

A formação do espaço geográfico do estado de Mato Grosso do Sul (MS), enquanto território brasileiro, envolve questões históricas e disputas territoriais que tem sua gênese na ocupação de terras indígenas pelos espanhóis e portugueses durante o processo de colonização do Brasil. A monocultura e a bovinocultura como atividades produtivas são processos produtivos que contribuíram com a concentração da terra e, conseqüentemente, do poder econômico e político de uma elite agrária.

Compreender a essência desses problemas levará a decifrar a conjuntura atual, cuja concentração fundiária persiste como realidade. Latifúndios¹ instituídos como direito e legalizados por leis levaram a luta pelo direito ao acesso à terra de expropriados desde nosso 'achamento', instaurando um processo de conflitos/disputas territoriais permanentes que leva a desterritorialização, subalternidade, escravização e mortes de indígenas, quilombolas, camponeses, posseiros, meeiros, ribeirinhos, extrativistas, entre outros.

A expropriação e a posse da terra por uma elite fazem ascender uma nova categoria social reconhecida na contemporaneidade como Sem Terra. Essa condição excludente fez do campesinato brasileiro e de Mato Grosso do Sul, uma classe *sui generis*, que se organiza para romper com a concentração fundiária e a territorialização do

¹ O Estatuto da Terra define latifúndio como todo imóvel rural com área superior a 600 módulos, podendo ser designado de latifúndio por explorar ou por extensão. Novaes (2011, p. 51), relaciona o conceito a "um conjunto de normas, atitudes e comportamentos" do proprietário em relação ao uso da terra e poder político na sua localidade.

capitalismo no campo. Carregam consigo a gênese formadora e o acúmulo das lutas históricas das classes e frações de classes socioterritoriais subalternas do campo brasileiro.

Este artigo tem a intenção de apresentar um breve relato das principais lutas da classe camponesa e populações tradicionais desde a chegada dos portugueses no Brasil, bem como, a organização e lutas desses movimentos no MS. Para desenvolver este texto, dividimos em duas partes. Na primeira parte, discutimos as principais lutas históricas do campesinato no Brasil e, na segunda, apresentamos os desdobramentos no estado de MS representadas nos assentamentos da reforma agrária, quando apresentamos um quadro-síntese, com os números da reforma agrária distribuídos por municípios do estado.

Os dados apresentados foram levantados por meio de pesquisa de campo junto aos órgãos: federal, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e, estadual, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do MS (AGRAER).

No órgão federal constatamos uma realidade de sucateamento apresentando um quadro de funcionários aquém da necessidade para o desenvolvimento das suas atividades fins. A defasagem ocorre devido a aposentadorias, remoções, doenças e morte, sobretudo, pela não realização de concurso público, sendo que o último ocorreu no ano de 2010. Funcionários do INCRA informaram que o Instituto está aberto devido a colaboração pela cedência de mão de obra terceirizada realizada pelo governo do MS, provenientes de empresas privadas.

Na pesquisa junto a AGRAER foram disponibilizadas planilhas com dados dos assentamentos do MS implantados com recursos do Banco da Terra, do tesouro estadual e federal.

A gestão do órgão estadual confirma o abandono do INCRA, bem como, a cedência de funcionários contratados por meio de prestadoras de serviço, são cerca de 20 funcionários. Como reflexo da política imposta pelo Governo Federal, desde o final do ano de 2015, não são implantados novos assentamentos no estado, impactando diretamente no objetivo fim do órgão.

O método para investigar o processo histórico da luta e recriação camponesa nos territórios da reforma agrária de MS foram nos pressupostos teóricos-metodológicos do materialismo histórico-dialético, que serviu como instrumento para a compreensão da realidade concreta e a dinâmica que envolve a multidimensionalidade da história, geografia, econômica e política no campo. Com isso pudemos indicar as contradições nas relações sociais, os antagonismos e conflitos de classes, os embates na sociedade capitalista entre capital/terra/trabalho e as disputas territoriais entre o latifundiário-capitalista e o campesinato.

A análise geográfica foi centrada na perspectiva da geografia crítica, com o objetivo de desnudar os acontecimentos da realidade no tempo-espaço, para produzir a análise crítica da produção dos territórios no campo.

A questão agrária e o processo histórico de organização dos movimentos socioterritoriais² brasileiros

O Brasil foi marcado pela concentração fundiária desde a invasão e posse da terra pelos portugueses. Como forma de ocupação, a colônia foi dividida em capitânias hereditárias, sublocadas para terceiros em sesmarias em forma de extensas áreas como a gênese formadora do latifúndio, cujas garantias de posses pelos beneficiários deveriam constar no currículo bons serviços prestados à coroa portuguesa, ser cristão, possuir recursos suficientes para demarcar, ocupar e produzir no latifúndio de terra virgem a ele concedido, significando o desmatamento e a produção de culturas na terra (ANDRADE, 1980, p. 17).

No desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro, a terra foi colocada na condição de 'cativa', "[...] matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. [...] modelo de economia concentracionista [...]" (MARTINS, 1986, p. 10). Desde a formação do Brasil é negado aos camponeses, indígenas e, posteriormente, a negros, o acesso a ela, "restando a posse precária como alternativa" (ALMEIDA; PAULINO, 2010, p. 121).

Contra-pondo-se à realidade, as classes subalternas estabelecem formas de organização pelo acesso à terra. Consoma-se, assim, a luta de classes no campo brasileiro. Das formas de organização de luta para a reterritorialização³, os indígenas no período colonial foram os primeiros a levantarem-se pelo seu território⁴. No tempo presente, estão representados pelos acampamentos de beira de estrada e na ocupação das terras tradicionais em poder do latifúndio. Dos negros, temos a formação dos quilombos⁵. Dos camponeses vem a ocupação, as marchas, os acampamentos, as romarias, os bloqueios de

² Os movimentos socioterritoriais camponeses são formados de uma identidade coletiva político-cultural comuns, organizando-se em territórios institucionalizados ou não. Suas ações interferem e transformam/produzem/mantém territórios onde atuam, por exemplo, com o acontecimento da reforma agrária (CAMACHO, 2014; FERNANDES, 2005). Desta forma consideramos as lutas na história do Brasil pela reterritorialização como realização dos movimentos socioterritoriais.

³ A relação dos sujeitos com o desenvolvimento do capitalismo globalizado no campo produz processos geográficos nas comunidades camponesas denominados de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. A reterritorialização é a recriação camponesa nos territórios, possibilitando a manifestação de suas práticas e experiências acumuladas na história de vida de cada grupo (MEDEIROS, 2006).

⁴ Para Fernandes (2012) territórios camponeses e terras tradicionais são frações da nação, unidades que possuem características próprias e resultantes das diferentes relações sociais que os produzem. São espaços em que a vida, a produção familiar, a residência, a cultura e a econômica são indissociáveis.

⁵ Refúgios estrategicamente localizados em regiões de difícil acesso, com bens obtidos por meio da interação com o entorno, funcionando como uma espécie de 'acumulação primitiva'. [...] Grupo funcionalmente agregado, [...] cujos membros eram conscientes de sua singularidade e identidade. [...]" (PRICE, 2003, p. 1 – 37).

rodovias etc. Uma organização multidimensional contemporânea dos movimentos socioterritoriais camponeses como forma de denunciar, disputar e garantir por meio da reforma agrária um quinhão de terra para viver, trabalhar e produzir alimentos de forma sustentável e saudável para si e para toda a população brasileira.

A estratégia de luta foi necessária devido às formas de domínio que o capital exerce sobre as terras para a introdução da monocultura, desde a invasão portuguesa, que transformou os Povos Indígenas em escravos, saqueando suas terras sagradas. Fernandes (2000) descreve que 350 mil índios foram escravizados entre os séculos XVI e XVII. Prezia e Hoornaert (1996, p. 91-92), afirmam que a forma de dominação portuguesa produziu lutas contra a escravidão indígena e o domínio das terras pelos portugueses e espanhóis, citando as etnias Tamoios, Potiguares e Guaranis.

A forte resistência indígena à dominação e o momento histórico do capitalismo no mundo, ainda em fase de acumulação mercantil e primária, produz a prática da escravidão negra que substitui a mão de obra indígena, paulatinamente, ao mesmo tempo em que, a maior parte dos grupos indígenas foram sendo totalmente dizimados. Porém, o tratamento desumano a negros não acontece sem resistência e uma das formas mais significativas acontece com a organização dos quilombos. Eram territórios onde, predominantemente, negros, mas também, indígenas, camponeses sem terra, brancos pobres, enfim, toda a população marginalizada, formava uma comunidade com relações sociais não capitalistas baseado no trabalho coletivo e associativo. Tornaram-se referência de terra livre, por essa razão eram perseguidos pela sociedade escravocrata colonial.

No território quilombola mais famoso, o quilombo União dos Palmares, na Zona da Mata entre Alagoas e Pernambuco, liderados por Ganga Zumba e Zumbi, em 1602, plantavam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, criavam galinha, pescavam e caçavam para autoconsumo. Sua existência representaria modelo para criação de novos territórios autônomos e de trabalho livre que aos senhores escravocratas não interessava. A Guerra dos Palmares foi um dos episódios de resistência escrava mais notáveis na história da escravidão humana no mundo ocidental, contra o cativo e o trabalho forçado. Palmares foi dizimado pelo exército de jagunços em 1670 (FERNANDES, 2000).

A escravidão no Brasil durou três séculos como prática aceitável juridicamente e chancelada pela coroa portuguesa. Em 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel promulga a Lei Áurea, Lei Imperial n.º 3.353, determinando o fim da escravidão no Brasil. Fernandes (2000, p. 27) afirma que:

Com o fim da escravidão, a geração do trabalho livre determinava uma outra relação social: a venda da força de trabalho. O escravo não vendia sua força de trabalho, ele era vendido como mercadoria e como produtor da mercadoria. Ele era objeto de comércio do seu proprietário. Com a formação do trabalho livre, conservou-se a separação entre o trabalhador e os meios de produção. Agora a subordinação acontecia pela venda de sua força de trabalho ao fazendeiro, ao capitalista.

O capitalismo, com suas formas grotescas de exploração humana como o escravismo, também se traveste de modernidade ao empunhar a bandeira da não escravidão, na sua capacidade de transmutação. Marx (2011) enxergava práticas maléficas e destruidoras mesmo nas intenções de modernidade do capital. Para ele, essa 'modernidade', também está associada à sua necessidade de acumulação. Em O Capital, ao discutir a acumulação primitiva, apresenta crítica radical dos horrores da expansão colonial: a escravização ou o extermínio dos indígenas, as guerras de conquista, o tráfico de negros. Afirmava que o processo colonial e a escravidão estavam na essência da acumulação primitiva que criou as possibilidades materiais concretas para a revolução industrial e colocou a Europa Ocidental no centro do capitalismo e, portanto, foi onde as forças produtivas se tornaram mais avançadas e destruidoras das relações não capitalistas.

No Brasil, mesmo com o fim da escravidão formal, a realidade vivida era delimitada pela sociedade escravocrata, que subjugava, explorava, cerceava e, também, tomava as terras dos que de alguma forma as possuía, através da força bruta, incorporando-as aos latifúndios. E, a 'boa ação da modernidade', no entanto, não aconteceria sem antes garantir a consolidação e posse da terra aos que a detinha desde as sesmarias. Para tal efeito, lançam mão da Lei de Terras em 1850, que disciplina e define a posse de terras no Brasil. Com a lei, terras devolutas somente poderiam ser apropriadas mediante a compra e as que já se encontravam de posse dos latifundiários, determinado foi que deveriam pagar certa quantia à coroa portuguesa para receber seu título definitivo. Nesse instante a "luta por liberdade se desdobrava, igualmente, na luta pela terra" (MARTINS, 1986, p. 27).

[...] neste momento, o capitalismo criou novas relações; a terra tornou-se cativa, enquanto a mão de obra era escrava, as terras estavam livres, mas com a Lei de Terra em 1850 e a abolição da escravatura um pouco mais tarde, as terras ficaram 'escravizadas' através da propriedade privada capitalista. (MARTINS, 1986, p. 55).

A Lei de Terras, que vigorou no período de 1850 a 1930, foi criada e teve seu período de validade estendido de acordo com os interesses de cada estado. Para garantir a posse da terra a uma elite deixam de fora, pela imposição sua da compra, índios, negros, e camponeses sem-terra.

A transformação da terra em mercadoria, financeiriza a posse, aprofunda a violência e consoma a realidade desigual da questão agrária no Brasil até os dias atuais. Muitos dos que moram nas áreas urbanas, ou vagam em acampamentos de beira de estradas hoje, são netos e bisnetos de camponeses expulsos da terra no passado que continuam migrando. São esses cidadãos que formam a categoria social conhecida na atualidade como Sem Terra.

O domínio particular das terras produz lideranças como Antônio Conselheiro, que, juntamente com seus seguidores, ocuparam a região do Arraial de Canudos, rebatizado de Belo Monte em 1893. Lá viveram aproximadamente 10 mil pessoas, organizadas de forma em que a posse da terra era coletiva e a produção se dava por meio do trabalho cooperado, garantindo alimentação e vida digna a velhos e desvalidos teriam. Acusados, falsamente, de conspirar contra a República em prol da volta da monarquia, o movimento foi massacrado em 5 de outubro de 1897, com a morte de quase todas as pessoas da comunidade (FERNANDES, 2000).

Outro levante, a Guerra do Contestado, ocorreu no início do século XX como resposta à cortesia do governo brasileiro que concede grande porção de terra à empresa norte-americana Brazil Railway Company para a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande. Em decorrência do empreendimento, famílias são expropriadas e suas terras desflorestadas pela empresa que comercializava a madeira. Ao final da construção da ferrovia, trabalhadores contratados de outros estados ficaram desempregados. Martins (1981, p. 26) ao abordar a Guerra do Contestado afirma:

A maior guerra popular da história contemporânea do Brasil, foi a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no sul do país, nas regiões do Paraná e Santa Catarina de 1912 a 1916. Abrangeu 20 mil rebeldes, envolveu metade dos efetivos do Exército brasileiro em 1914, mais uma tropa de mil "vaqueanos", combatentes irregulares. Deixou um saldo de pelo menos três mil mortos.

No Nordeste, como forma de resistência, principalmente ao domínio dos "coronéis", surge o cangaço, podendo ser representado por Virgulino Ferreira da Silva 'Lampião' e Maria Alia da Silva 'Maria Bonita'. Tornar-se cangaceiro era uma ação em defesa da própria dignidade e da vida de sua família. Nas terras onde a lei não alcançava o coronel, pois ele é ou estava acima da lei, restou ao camponês resistência e rebelião. Como todo movimento de rebeldia era reprimido, Lampião e Maria Bonita foram mortos juntamente com seus seguidores em 1938. Suas cabeças foram expostas em praça pública como exemplo (FERNANDES, 2000).

Os coronéis são a expressão mais clara do poder que a terra dava a quem a possuía. Para Corrêa (1995) e Silva (1975), o coronel era o fazendeiro reconhecido pelo

Estado pelo controle do voto de dezenas, centenas ou milhares que dele dependia, sua vida ou morte. Eram políticos, localizados por região, que manipulavam o apoio eleitoral dos seus agregados, buscando no aparelho do Estado o atendimento às suas demandas.

Resistências que aconteceram na história do Brasil e foram destroçadas pelas elites por meio do uso da força do Estado, de seu poder militar constituídos, por vezes apoiados por jagunços, porém, na concepção de Martins (1981, p. 62), a resistência já era o embrião dos:

[...] movimentos populares que acreditaram na construção de uma organização em oposição à república dos coronéis, da terra do latifúndio e da miséria. Em nome da defesa e da ordem, os latifundiários e o governo utilizaram as forças militares, promovendo guerras políticas. Não era a monarquia que combatiam, mas sim a insurreição dos pobres do campo.

Foi esta negação à terra aos camponeses no processo histórico que produziu os atuais movimentos socioterritoriais de luta pela reforma agrária. Foram os levantes do passado, por vezes contra o próprio Estado e em outras contra os coronéis, que trouxe para a contemporaneidade o acúmulo de forças e consciência de resistência contra a expropriação da terra por uma elite latifundiária-capitalista-colonialista-racista. Levantes populares do passado eram demarcações políticas de organizações ainda embrionárias, que desafiavam e contestavam a ordem instituída. Aconteciam, ainda, de forma isolada no tempo e no espaço, porém, distribuídas em quase todo o território nacional.

Nos anos 50 do século XX, já com o direito ao voto instituído no Brasil para homens e mulheres, temos a organização das Ligas Camponesas e dos sindicatos dos trabalhadores rurais nas formas contemporâneas de organização. Os trabalhadores continuavam a questionar o modelo capitalista agrário e se configura aí a luta pela reforma agrária vinculada a reivindicações por melhores salários, direitos previdenciários, educação, saúde, entre outros, para o camponês. Oliveira (1994, p. 17), afirma que “[...] as Ligas Camponesas sacudiram o campo nordestino nos anos cinquenta e sessenta”.

O momento político oportunizou para que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica por meio de suas pastorais, contribuíssem com a organização dos camponeses Sem Terra, dos posseiros, dos pequenos proprietários, dos colonos, dos arrendatários, dos trabalhadores assalariados rurais, produzindo resistência e luta pela terra. Acontecem congressos e encontros objetivando organizar a transformações sociais na estrutura agrária brasileira, realização de reforma agrária como política pública para democratização do acesso à terra, ressocialização dos expropriados e busca de solução para as injustiças impostas ao povo do campo.

Na contramão, os latifundiários reagem frente à organização camponesa matando diversos trabalhadores em conflitos. Para Fernandes (2000, p. 33) as atuações das Ligas eram pela:

[...] luta pela reforma agrária radical, para acabar com o monopólio de classe sobre a terra. Em suas ações, os camponeses resistiam na terra e passaram a realizar ocupações. Por parte das instituições, ao contrário, tanto o PCB quanto a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária que deveria ser realizada por etapas, por meio de pequenas reformas e com indenização em dinheiro e em títulos.

A narrativa deixa claro que nos embates contra os movimentos populares do campo sempre tiveram a participação de forças do Estado e esta aliança fica escancarada com a participação ativa de militares na deposição do presidente João Goulart em 1964, através de um golpe militar efetivado com a contribuição da burguesia: banqueiros, latifundiários, empresários, industriais, entre outros da elite brasileira, ação patrocinada pelos Estados Unidos da América (MARTINS, 1984). Como consequência da aliança militar-burguesa, o Golpe consumado produz o fim da democracia e a repressão violenta como forma de desmobilizar a organização dos trabalhadores, aniquilando suas organizações sindicais e socioespaciais, perseguindo, exilando, prendendo e assassinando lideranças, interrompendo a luta pela terra (FERNANDES, 2000; MARTINS, 1981; PEREIRA, 1990).

No período ditatorial ocorreu a extinção das organizações de camponeses (sindicatos e ligas), os latifundiários passaram a utilizar mão de obra de posseiros, Sem Terra e camponeses para a desbravar fazendas para, em seguida, fazer a reprodução ampliada do capital. Sujeitos que representavam um exército reserva de mão de obra utilizados de acordo com interesses, necessidades e nas condições para a melhor apropriação da renda capitalizada da terra e a mais-valia.

Estávamos num mundo de bipolaridade, em plena Guerra Fria, disputas econômicas e políticas entre União Soviética (comunista) e os Estado Unidos da América (capitalista) e, nessa conjuntura, os militares se tornaram protagonistas do período mais sangrento da história do Brasil. A tortura e o extermínio tornam-se política de Estado, usadas deliberadamente para sufocar qualquer tipo de revolta ou levante popular por direitos. Todo militante por democracia, direitos humanos, reforma agrária e igualdade social estava sujeito a ser torturado, morto ou exilado, era qualificado de terrorista e comunista.

O Brasil sofreu um retrocesso representado no aumento da concentração de terra e renda para alguns poucos, como também, no aumento desigualdade social e miséria para a maioria da população. O campo é tomado por uma “modernização conservadora”⁶, com

⁶ Movimento que acontece no campo e transforma os latifúndios em fazendas de agronegócio (agricultura de mercado), aliada do sistema capitalista financeiro. Consolida a terra como mercadoria que produz renda

mecanização e produção de monocultura. A industrialização da cidade torna-se aliada do latifúndio que se travestia de moderno ao assumir a designação de agronegócio⁷, como forma de justificar a concentração de terra cada vez maior.

O modelo adotado pela união burguês-militar sempre priorizou o desenvolvimento capitalista no campo com: subsídios, incentivos e isenções de impostos; em detrimento do camponês: subemprego, baixos salários, expulsão e expropriação/desterritorialização. Para o controle das tensões produzidas em decorrência da política utilizava-se força e violência. A agricultura camponesa, como problema secundário e econômico, era aliada dos projetos políticos e dos recursos do Estado.

Essa 'modernização' introduziu uma nova categoria de trabalhadores no campo, o boia-fria, assalariado mal remunerado, originariamente são os responsáveis pela organização atual dos Sem Terra (FERNANDES, 1999). O capitalista, ao alcançar seu propósito, dispensava esses trabalhadores que eram transformados em exército reserva, situação que produz a luta social capitalista-latifundiário versus camponês. A ocupação da terra torna-se, novamente, possibilidade de ressocialização dos Sem-Terra no tenso processo de desterritorialização-reterritorialização por meio da luta pela terra.

Ocorre nesse período a junção entre camponês migrante, que vaga pelo país em busca de trabalho, com imigrantes de outras nacionalidades. Brasileiros extrapolam fronteiras, mudam para outros países em busca de terra, por exemplo, ao Paraguai, sujeitos conhecidos como brasiguaios (FERNANDES, 2000).

Como exemplo de lutas provenientes dessa conflitualidade no campo podemos elencar às do Espírito Santos, no vale dos rios Doce e Mucuri, onde ocorreram conflitos entre trabalhadores, polícia militar e jagunços, em uma aliança entre o Estado e fazendeiros que produziu mortes de camponeses como forma de conter o avanço sobre as terras da região (FERNANDES, 2000). Em praticamente todos os estados da federação houve enfrentamentos por terras no período militar. Nas terras devolutas ocupadas por posseiros, contra a grilagem fazendeiros agiram contra os movimentos socioterritoriais camponeses com a utilização de jagunços, produziram a queimada das roças, a prisão, a tortura e morte dos líderes (MEDEIROS, 1989). Sobre as disputas e mortes no campo Oliveira (1994, p. 17), afirma que:

capitalizada a partir do lucro e acumulação de capital com os produtos primários nela produzidos articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito público e privado, sistema financeiro e bolsas de valores de todo o mundo (DELGADO, 2005). De acordo com Alberto Passos Guimarães, a modernização conservadora é "[...] assim chamada, porque, diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária". (1977, p. 3).

⁷ Agronegócio tem sentido amplo, difuso, econômico e político, conforme compreendido por Leite e Medeiros (2012, p. 85). Refere-se ao processo de mudança do latifúndio, atrasado e velho, em moderno, tecnológico e incorporado ao mercado.

O número de mortos no campo, pelas batalhas da terra, foi crescendo, dobrando. E, se transformando qualitativamente. Não morre unicamente o posseiro que ocupa a posse, morre também os líderes sindicais, aqueles que o apoiam e defendem: os padres, os pastores, os agentes pastorais, os advogados, etc.

Numa tentativa desesperada de conter a audácia camponesa militarizam a questão agrária. Para Martins (1984), no final da década de 1970 um camponês era morto a cada dia por peões, jagunços e força policial. Como forma de resistência os movimentos socioterritoriais iam se recriando envolto por violência, repressão e morte dos trabalhadores, instrumentos sórdidos utilizados na tentativa de controle da enorme crise que os militares e os capitalistas haviam produzido.

Parte da Igreja Católica, os adeptos da Teoria da Libertação, se engajam aos mais pobres, atuam nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT tem um papel fundamental na rearticulação dos movimentos camponeses que começaram a ressurgir no final do regime militar. Muitos religiosos contribuíram com a questão da terra, como Dom Pedro Casaldáliga, Dom José Gomes e Dom Tomás Balduino. A igreja através da CPT, incentiva a formação de novas lideranças camponesas que lutavam pelo romper das cercas do latifúndio, pelo fim da miserabilidade no campo e contra a violência e militarização da questão agrária. A ação dos eclesiais descortinam as intenções da aliança burguesa-militar, dos capitalistas no campo, qual seja, de expulsão dos camponeses e a posse das suas terras (FERNANDES, 2000).

A realização dos encontros e conferências foram processos educativos e politizadores, forjavam-se novas lideranças, organizavam a defesa da reforma agrária e lutas contra o modo de desenvolvimento do capital no campo em todo Brasil. Posseiros passaram a lutar para manter suas terras de morada e produção; os trabalhadores assalariados lutavam por melhores salários e direitos trabalhistas iguais aos da cidade e, os Sem-Terra ocuparam os latifúndios improdutivos.

O acúmulo de força dos movimentos socioterritoriais camponeses deixa a situação insustentável. No final da década de 1970 aumenta-se os conflitos no campo e a questão agrária passa a ser o principal problema para os militares, forçando o governo a fazer as primeiras desapropriações de terras. Como não há força dominante que consiga suprimir a resistência dos oprimidos durante muito tempo, as cercas foram sendo derrubadas. Para Fernandes (2000), no final da década de 1970 e início de 1980, o governo militar lança mão de diversos instrumentos a fim de implementar minimamente uma política destinada aos trabalhadores do campo.

O enfraquecimento da união militar-burguesa representa para o campesinato as porteiras abertas dos latifúndios. De ocupação em ocupação, no Rio Grande do Sul, na Gleba Macali, nasce a ideia de formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

Terra (MST) em 1979, apoiados pela CPT. Para Fernandes (2000), o MST carrega em seu '*gene formador*' os fatos políticos e toda forma de repressão sofrida pelos camponeses ao longo da história brasileira.

O MST é parte e fruto do processo de resistência do campesinato brasileiro. Suas práticas de resistência carregam o acúmulo e é continuação da história de "500 anos de luta pela terra. São cinco séculos de luta contra o latifúndio. É uma história camponesa, de famílias que estão lutando para entrar na terra, para trabalhar, para viver com dignidade". (FERNANDES, 1999, p. 12).

Simultaneamente, a ocupação da Gleba Macali, outras ocupações ocorrem em diversas regiões e estados do Brasil, como Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul. Este conjunto de ações se consolidou na instituição do MST, fundado oficialmente em Cascavel no Paraná nos dias 21 a 24 de janeiro de 1985 durante o Primeiro Congresso Sem Terra. São Sem Terras criados pela própria lógica desigual e contraditória do capitalismo brasileiro em que os latifundiários, além de explorar o trabalho do camponês, grilavam, territorializando a propriedade capitalista do latifúndio, expulsando trabalhadores, e, ao mesmo tempo, contraditoriamente, nesse processo dialético, originando os Sem Terra e os posseiros e fomentando os conflitos agrários que perduram no tempo e no espaço.

A desterritorialização camponesa ocorre, sobretudo, pelas condições que Stedile e Fernandes (2005, p. 15) afirmam serem produzidas pela "mecanização da lavoura e a introdução, digamos, de uma agricultura com características mais capitalistas, expulsaram do campo, de uma maneira muito rápida, grandes contingentes populacionais". Sobre a formação dos Sem Terra, Fernandes (2000, p. 28) complementa:

A maioria absoluta dos trabalhadores, ex-escravos e imigrantes começaram a formação da categoria, que na segunda metade do século XX, seria conhecida como sem-terra. Lutam pela terra, pelo desentranhamento da terra, numa luta que vem sendo realizada até hoje. História de perambulação e de resistência. A ocupação da terra pelos camponeses sem-terra era e é a principal forma de ter acesso à terra. A ocupação tornou-se uma ação histórica da resistência camponesa.

O MST carrega em sua gênese formadora a intenção de ser um movimento popular, de massa e político, abarcando todos os membros da família camponesa (crianças, idosos, adolescentes, jovens, mulher e homem) e qualquer cidadão que queira apoiar a luta, do trabalhador braçal ao intelectual da universidade. Seu principal objetivo é atuar contra a concentração de terra e pela reforma agrária, mas também, pela igualdade social, sustentabilidade ambiental e direitos humanos. Conseguem, assim, uma abrangência multidimensional estando aberto para participação de outros segmentos e não se limitando

apenas aos Sem-Terra. Sua luta transpõe o estágio corporativo, oferece a luta pela terra um caráter político e de classe (STEDILE; FERNANDES, 1999).

Para Oliveira (2007, p. 139) a luta pela terra dos Sem Terra e pelo MST indica que...

Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim, diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas revela muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania.

O MST tem como principal forma de massificação da luta as ocupações e os acampamentos, como instrumentos para materializar a luta contra a exploração e desterritorialização e a busca pela recriação camponesa. A ocupação e o acampamento são tempos-espacos de transição para territorialização camponesa e desterritorialização do latifundiário. Na transição de acampado para assentado se constrói a identidade camponesa de Sem-Terra, por meio da formação da consciência, do reconhecimento de direitos para além do direito à terra, como o direito à saúde, educação, sustentabilidade ambiental, organização coletiva, soberania alimentar, entre outros.

Como formas de “especialização do movimento” (FERNANDES, 1999, 2000, 2012), os acampamentos e as ocupações são espaços constituídos como tempos de transição, entre a luta pela conquista da terra e a definitiva conquista dos assentamentos por via da reforma agrária. Os acampamentos se caracterizam como demarcadores para a sociedade das diferenças, disputas e conflitos entre o campesinato e o latifundiário. Sobre a importância da ocupação, Fernandes (2000, p. 19) afirma que,

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço-tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Ocupação como espaço de luta aos Sem Terra representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com o latifundiário e o Estado.

Para Feliciano (2006, p. 103) a “ocupação de terras é uma forma de luta da classe camponesa na busca da criação, recriação e reprodução do modo de vida baseado principalmente na autogestão e na liberdade”.

Além dos acampamentos e ocupações de terra, outras atividades de especialização da luta como na demarcação de territórios político-ideológicos estão presentes em seus

debates, cursos, palestras e produção de pesquisas no interior das universidades, nas práticas pedagógicas nas escolas de educação básica, na venda direta de produtos em feiras livres da produção dos assentamentos da reforma agrária, nas ações de fechamento de estradas, de bancos e prédios públicos; nas caminhadas e romarias etc. Ações que marcam presença, agregam valor social e formativo às suas atividades (FERNANDES, 1999, 2005).

O Movimento estabelece duas frentes de luta, uma para entrar na terra e outra para permanecer na terra, portanto, “uma classe em luta permanente” (OLIVEIRA, 2007, p. 134), cujas intenções e a capacidade de agregar sujeitos conduziu para sua territorialização nos diversos estados do Brasil. Novos acampamentos são criados dia após dia, especializando a luta pela terra em um dos estados com as maiores concentrações de terra do Brasil, o MS.

A luta pela terra no estado de Mato Grosso do Sul

Em MS, o processo de ocupação do território do estado, controlado por agentes públicos, assemelhou-se ao restante do Brasil, que também ocorreu com resistência e conflitos. No Sul de Mato Grosso, estenderam a vigência da Lei de Terras por mais 40 anos para apadrinhar os coronéis com a garantia do seu domínio definitivo, terras que eram públicas e devolutas, por meio da grilagem (SILVA, 2008, p. 308).

O Sul do Mato Grosso era terra espanhola, que passa ao domínio português por meio do bandeirantismo (1640-1750), e após consolidada a posse como território brasileiro no Tratado de Madri, muitos dos que estavam no Movimento de Bandeiras foram os primeiros a ocupar grandes porções de terra na região.

Primeiramente a região é anexada à capitania de São Paulo, posteriormente à capitania de Mato Grosso. Como forma de consolidar a posse, a coroa portuguesa a partir de 1767 construiu o presídio em Iguatemi, o Forte de Coimbra, a Vila de Albuquerque e a Vila de Miranda. O abandono da região persiste mesmo com a Independência do Brasil em 1822 (GRESSLER; SWENSSON, 1988).

A Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) entre Paraguai contra Brasil, Argentina e Uruguai foi outro fato histórico que influenciou sobremaneira a ocupação de terras em MS. O território de MS, em decorrência da forma como ocorreu seu o domínio, a maioria de suas terras eram devolutas. Como política de Estado, abre-se a fronteira para a ocupação e concede-as para empresas como forma de garantir a região como território brasileiro. Os indígenas foram os principais prejudicados, suas terras foram, primeiramente, distribuídas à Companhia Matte Laranjeira no final do século XIX.

Aos poucos a terra como mercadoria no MS se consolida e como forma de ocupação cria-se o Território de Ponta Porã, implanta-se a frente colonização para Oeste

com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), a região recebeu no período os primeiros migrantes gaúchos que buscavam áreas de campos para a prática da pecuária na fronteira entre o Brasil e o Paraguai (FABRINI, 2019).

A concessão das terras da Matte Larangeira é desfeita no segundo governo de Getúlio Vargas, áreas retomadas são destinadas às companhias colonizadoras, outras são repassadas para latifundiários tradicionais da região (coronéis), como para fazendeiros mineiros, paulistas que se dedicavam a criação de gado no modelo tradicional e extensivo.

A posse da terra de forma precária produziu enfrentamentos nas décadas de 1950 para 1960. Informações de conflitos sangrentos entre posseiros e jagunços na região, na divisa com o estado do Paraná foram narrados por Dal Moro (2006). Nos anos 1970 o território de MS passa por outra transformação, com a morte dos antigos coronéis, seus herdeiros vendem parte ou todo o latifúndio novamente para migrantes sulistas, estabelecendo os contornos atuais da posse de terra e produção para o agronegócio (monocultura e gado), base dos atuais conflitos fundiários entre o grande proprietário rural com a população camponesa e tradicional (AVELINO JÚNIOR, 2008).

O latifúndio, transformado em empresas agroindustriais a partir de 1970 com a modernização conservadora da agricultura capitalizada, pode ser muito bem exemplificada na Fazenda Itamarati no município de Ponta Porã, do paulista Olacyr de Moraes, conhecido como “o rei da soja”, com sua propriedade considerada durante anos como a maior produtora de soja em plantações contínuas no mundo (TERRA, 2009). Outras grandes fazendas são instaladas na região e são controladas por bancos e empresários industriais, que se multiplicam e diversificam formas de atuação. Esses, por vezes, utilizam a pressão, em outras a repressão, contra camponeses, população tradicional e originária, gerando um constante conflito no espaço agrário do estado.

Temos um cenário atual baseado na territorialização do agronegócio apoiada e subsidiada pelo Estado (SENAR, 2015), com inserção de empresas nacionais e transnacionais como prioritárias, em detrimento da produção nos territórios camponeses da reforma agrária. A ação do Estado oportuniza a concentração fundiária em mãos de poucos, em detrimento da democratização do acesso à terra aos camponeses que passam a buscá-la por meio da luta pela terra a partir dos pelos movimentos socioterritoriais do campo. Esse contexto produz como consequência o acirramento das disputas entre o agropecuarista e o camponês, colocando as populações tradicionais/originárias e os camponeses em situação de risco, sujeitos a violência, mortes e assassinatos, na medida em que buscam a conquista na terra ou a resistência em seus territórios.

Em MS, os primeiros enfrentamentos diretos entre trabalhadores rurais e latifundiários aconteceu com camponeses migrantes. Nas décadas de 1970 e 1980 boa parte dos latifúndios se apresentavam cobertos por florestas naturais e, para fazer a

derrubada dessas florestas, fazendeiros contratavam verbalmente mão de obra camponesa. Eram colonos migrantes, que como pagamento dos serviços prestados, recebiam terras na condição de arrendamentos. Pequenos lotes de terras no interior das fazendas, por determinado período. Ali os camponeses que migraram em busca de terra faziam suas moradas e cultivariam para o sustento familiar (FABRINI, 2019).

Após o serviço realizado e com o plantio da área arrendada, os fazendeiros expulsavam os arrendatários à força, retomavam áreas com as cultivares, produzindo conflitos. A prática aconteceu em diversas fazendas do estado, nos municípios de Bonito, Itaquirai, Taquarussu, Glória de Dourados. Porém, no município de Naviraí (MS), nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá, com o envolvimento de aproximadamente 240 famílias, no ano de 1981, ocorreu a maior resistência. Apoiados e assessorados juridicamente pela CPT, os camponeses pedem na justiça o cumprimento do Estatuto da Terra (CPT, 1993).

Os fazendeiros da região se articulam e, com o apoio de jagunços e pistoleiros contratados pelo fazendeiro Adelfo Sanches Neto, como retaliação, matam o advogado da CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Naviraí, Joaquim das Neves Norte, em 12 de junho de 1981 (BRASIL, 2013). Ato contínuo, com o apoio da polícia militar, fizeram a desocupação da área em litígio, colocando os camponeses-arrendatários na beira de estrada entre Naviraí e Itaquirai, isolando-os através do uso de arame farpado. Dias depois, os agora acampados, tomam o centro da cidade de Naviraí.

Os Sem-Terra, envolvidos nesta primeira luta contra o latifúndio em MS, tiveram como resposta do governo destinos diferentes. Alguns se mantiveram na luta ocupando outras fazendas da região, outros foram assentados na região de Bataguassu, divisa com o estado de São Paulo, no Distrito de Casa Verde; outros foram transferidos para assentamento criado no município de Cassilândia (MS) e outros para o município de Colíder (MT). Em todos os casos, os agora assentados, enfrentaram problemas como: solos com rochas superficiais de difícil fertilidade e o isolamento social, após serem assentados em lugares ermos, sem nenhum apoio governamental, dificultando a produção e a comercialização, tendo como consequência a fome e a baixa qualidade de vida na terra conquistada (CPT, 1993).

No ano de 1982 as famílias Sem Terra já estavam organizadas em 20 municípios de MS. Realizam, então, o primeiro Congresso Estadual na cidade de Taquarussu, produzindo mais ojeriza nos fazendeiros no estado do boi, da soja e do milho, que como resposta se organizam a partir da União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1980. Porém, esse movimento contraditório do capital no campo impulsiona a organização e consolidação dos movimentos socioterritoriais de luta pela reforma agrária em MS. Avelino Júnior (2008, p. 123) assim explica:

Fica caracterizado em Mato Grosso do Sul um processo contraditório de avanço e crescimento do capitalismo no campo, pois, se de um lado temos a concentração da terra, por outro lado surgem os movimentos sociais, na luta pela terra, por sobrevivência e pela cidadania.

Esses enfrentamentos pela terra são desdobramentos dos acontecimentos do passado e as lutas do presente se relacionam com a busca incessante pela terra de trabalho⁸ e por condições de vida digna, num processo de conflitualidade inerente ao desenvolvimento do capitalismo que ocorre de formas específicas em determinados tempos-espacos. A análise da questão agrária a partir dos pressupostos marxistas, fundamenta-se nessa memória de lutas, no processo histórico e dialético, do conflito latifundiário versus campesinato no campo. É do ontem que se compreende o hoje. Estudar o campesinato sem ponderar suas relações sociais no curso da história, produzirá uma compreensão deslocada no tempo e no espaço.

Nesse processo histórico, sem dúvida, a reivindicação da terra a partir da ocupação, converte-se no principal instrumento de acesso à terra. São resultados dessas ocupações, as centenas de assentamentos rurais espalhados pelo Brasil. O limite imposto pelo capital ao acontecimento de uma reforma agrária mais contundente, como política de Estado, representa, também, o limite dos avanços alcançados pelos movimentos socioterritoriais camponeses na contemporaneidade. Portanto, torna-se impossível compreender a conquista desses assentamentos, sem entender a importância dessas ocupações como instrumento de luta e resistência. Fabrini e Roos (2014, p. 51) explica que:

A organização da sociedade nos movimentos sociais tem ampliado a possibilidade de participação das bases nas instâncias de decisão e execução de tarefas e lutas coletivas. É uma forma de manifestação que permite a participação mais aberta de todos os seus integrantes em todos os estágios do movimento, ou seja, uma forma de fazer política a partir dos sujeitos e não desde cúpulas sindicais e partidárias.

A segunda grande ocupação dos Sem-Terra no MS acontece na Fazenda Santa Idalina (1984), em poder da empresa Sociedade de Melhoramento e Colonização (SOMEÇO), onde outro grupo de famílias de arrendatários, assalariados, posseiros, ribeirinhos, desempregados, brasiguaios (brasileiros que trabalhavam em fazendas no Paraguai) totalizando mil pessoas, realizam a ocupação às escondidas⁹. Desta ocupação, acontece o Assentamento Padroeira do Brasil no município de Nioaque, em área de 2.500

⁸ Para Martins “[...] quando o capital se apropria da terra, está se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro [...]” (1991, p.55).

⁹ Relatos no documento publicado pela CPT (1993) descrevem que esses trabalhadores foram boicotados, inclusive, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) ao não oferecer apoio ao movimento.

hectares, comprada pelo Governo do estado de MS (CPT, 1993). Representava, mais uma vez, o corte das cercas de arame farpado do latifúndio pela organização camponesa no estado onde a cabeça de um boi vale mais que o ser humano.

Como consequência, os assentamentos foram surgindo conjuntamente com o fortalecimento da organização e mobilização dos Sem Terra. Os 16.580 hectares da fazenda Santa Idalina foram desapropriados e cortados em lotes em 1986, dando origem ao Assentamento Novo Horizonte no município de Ivinhema, onde hoje está situada a cidade de Novo Horizonte do Sul. Ainda no ano de 1986 famílias brasiguaias são assentadas no município de Paranhos. Em 1987, famílias da cidade de Eldorado são assentadas em Dois Irmãos do Buriti no Assentamento Marcos Freire. No mesmo ano, 9.525 hectares dão origem ao Assentamento Monjolinho em Anastácio e o grupo restante das famílias são transferidas para a cidade de Corumbá formando os Assentamentos Taquaral e Piraputanga (CPT, 1993).

O quadro 1 demonstra o processo da (re)criação camponesa, paulatinamente e na medida em que os assentamentos foram sendo criados, formando o conjunto de assentamentos da reforma agrária constituídos no MS até 2020.

Quadro 1: Assentamentos em MS.

Município	Assentamento	Área total assentamentos em ha.	Número de lotes	Ano do assentamento
Alcinópolis	Santa Fé	2.710,33	263	2012
Amambai	Fazenda São João, Fazenda Guanabara, Fazenda Piquenique	4.984,76	214	2000 a 2009
Anastácio	Tupã, Monjolinho, São Manuel	13.987,85	445	1998 a 2007
Anaurilândia	Sítio Dois Irmãos, Santa Irene, Esperança, Barreiro, Santa Ana	13.043,30	506	2000 a 2012
Angélica	Fazenda Santa Rosa	1.824,00	150	2005
Antônio João	Bagagem e Vera Nilda	1.031,54	172	2007
Aquidauana	Primavera, Indaiá I, II, III, IV, Fazenda Santa Catariana	6.771,43	715	2007 a 2009
Aral Moreira	Fazenda Santa Catarina	1.958,60	78	1998
Bandeirantes	Jatobazinho, Morrinho e Pedra, Progresso, Alvorada, Lembrança, Matão, Agripija e Filial	4.491,78	362	2008 a 2015
Bataguassu	Fazenda Santa Clara, Aruanda, Montada	9.778,75	293	1997 a 2008
Batayporã	São Luiz, São João, Merceina	3.259,01	228	1994 a 2001
Bela Vista	Chácara da Sorte, Angiquinho, Barra do Itá, Tupaceretan, Caracol, Ressaca, Santa Marina, Asbegual	14.587,49	542	1996 a 2013
Bodoquena	Sumatra, Campina, Serra Alegre, Canaã	13.371,13	659	1991 a 2006
Bonito	São José, Girassol, Pé de Cedro, Guaicurus, Santa Lúcia	4.207,38	212	1986 a 2011

Brasilândia	Santo Antônio, Almanara, Pedra Bonita	3.951,90	193	2008 a 2009
Caarapó	Sítio São Francisco, Nossa Senhora do Carmo	1.197,03	42	2008 a 2012
Campo Grande	Rizolandia, Rincão, Pouso Alegre, São Francisco, Rincãozinho, Caroline, Conquista, 3 Corações, Estrela, Assafi, Aspan, Terra Boa, Nova Era, Assunit, Assuiz	7.421,81	682	1999 a 2013
Chapadão do Sul	Três Irmãos e Três Irmãos Parte, Sucuriú, Aroeira, Mateira	22.309,35	479	1995 a 2012
Corguinho	Corguinho, Torre de Pedra, Rancho Alegre, 3 Piúvas	5.823,72	331	2007 a 2009
Corumbá	Tamarineiro I, II Urucum, Mato Grande, Taquaral, Paiolzinho, São Gabriel	33.594,93	1.346	1994 a 2000
Coxim	Triunfo, Chácara Plameirinha, Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida, Astaq, Asco, Honra e Trabalho	2.985,03	327	2010 a 2012
Deodápolis	Chácara Hosana	6,93	1	2009
Dois Irmãos do Buriti	Santa Amélia, Piuva V, Marcos Freire	8.801,91	378	1998 a 2007
Dourados	Sítio São Sebastião, lote 02 - qd 45, lote 21 - 32, Lote 10 - qd 38, lote 10 - qd 57, lote 10 - qd 30, lote 15 - qd 28, lote 6 - qd 27, lote 48 - qd19, Quinhão 7, Paradoiro, Lagoa Grande, Amparo	5.254,21	229	1997 a 2015
Eldorado	Floresta Branca	4.980,99	185	1997
Fátima do Sul	Chácara Renascer, Lote 47 - qd 43	7,36	2	2012
Glória de Dourados	Estância Betel, Lote 49 - qd 58, lote 52 - qd 62, lote 4 - qd 55, Aimoré	554,04	65	2006 a 2012
Guia Lopes da Laguna	Sítio Sampaio, Retiro da Laguna, Rio Feio	4.518,74	163	1985 a 2010
Iguatemi	Nossa Senhora Aparecida, São Luiz, Nossa Senhora Auxiliadora, Rancho Loma, Colorado	13.022,21	531	1998 a 2014
Itaporã	Sítio Santo Antônio	4,45	1	2012
Itaquiraí	Indaiá - It 395, Santa Terezinha, Indaiá, Sul Bonito, Guaçu, Santa Rosa, Tamakavi, Boa Sorte, Santo Antônio, Itaquiraí, Caburey, Foz do Rio Amambai, Aliança, Lua Branca	45.684,33	3.154	1989 a 2012
Ivinhema	Gleba Piraveve, Dois Amigos	3.070,67	144	1998 a 2012
Japorã	Savana, Idianópolis, Princesa o Sul	11.928,64	518	1998 a 2007
Jaraguari	Veraneio, Marimbondo, Três Irmãos, Santa Rosa, Três Lagoas, Pombal, Vitória, Barra Mansa, Ouro Fino, Tapera do Cordeiro, São João Bastias,	11.711,81	1.080	1997 a 2012

	Primavera, Estrela Jaraguari, Harmonia,			
Jardim	Quero Quero, Arataba, Marca Dez, Guardinha, Recando do Rio Miranda	2.884,08	236	2000 a 2015
Jatei	Nova Esperança	2.820	110	1986
Juti	Chácara 360, Sítio Bahia, Novo Panambizinho, Santa Clara	2.945,19	135	2004 a 2015
Ladário	72	2.343,63	85	1998
Laguna Caarapã	Bom Fim, Nossa Senhora de Fátima, Estância 2E, Estância Vinib, Vaca Branca, Dois Ypês	152,79	41	2007 a 2013
Maracaju	Valinhos, Cantagalo, Santa Guilhermina	11.285,15	360	1997 a 2001
Miranda	Tupambaê, Bandeirante	3.903,13	145	1997 e 1998
Mundo Novo	Pedro Ramalho	1.948,60	83	2000
Naviraí	Juncal	2.605,89	113	2001
Nioaque	Colônia Nova, Andalucia, Palmeira, Boa Esperança, Uirapuru, Areias, Nioaque	37.579,33	1.244	1985 a 2007
Nova Alvorada do Sul	Nova Alvorada, Pam, Bebedouro, Ranildo da Silva, Sucesso, Santa Luzia, Volta Redonda CUT e FAF, Asconterra, Asterra, Terterra	16.991,96	837	1997 a 2007
Nova Andradina	Casa Verde, Teijin, Santa Olga, São Joãos	320.338,38	1947	1987 a 2004
Novo Horizonte do Sul	Novo Horizonte	16.580,38	757	1986
Paranaíba	Serra	2.986,11	116	1997
Paranhos	Rancho Branco, São José do Jatobá, São Cristóvão, Vicente de Paula da Silva, Cabeceira do Rio Iguatemi, Beira Rio	7.456,95	372	1987 a 2012
Pedro Gomes	Santa Maria	426,25	38	2007
Ponta Porã	Aba da Serra I e II, Corona, Boa Vista, Nova Era, Dorcelina Folador, Itamati, Capão Bonito, Ampri, Amam, Aplum	66.416,39	3.441	1997 a 2007
Ribas do Rio Pardo	Melodia, Nossa Senhora das Graças, Pedreira, Mutum, Avaré	24.204,10	965	1988 a 2012
Rio Brillhante	Nossa Senhora da Guia, Paraíso, Triângulo, Taquaral, Fortuna, São Judas, Bonsucesso, Margarida Alves, Silvio Rodrigues, Lagoa Azul, Fortaleza	18.616,60	884	1997 a 2012
Rio Negro	Córrego do Garimpo	389,87	46	2009
Rio Verde	Fama, JR, São João do Rio Negrinho, Cantinho do Céu, Agroindustrial e Identidade	1.949,72	221	2010 a 2012
Rochedo	Dois Irmãos, Ranchinho, Pastos, Agripan, Agriper, Agripeixe, Amap, Centro Oeste	1823,16	188	2008 a 2014
Santa Rita do Pardo	Córrego Dourados	1.399,97	49	1998
São Gabriel do	Campanário, Itaquí, Patativa do	7.176,25	352	1997 a 2010

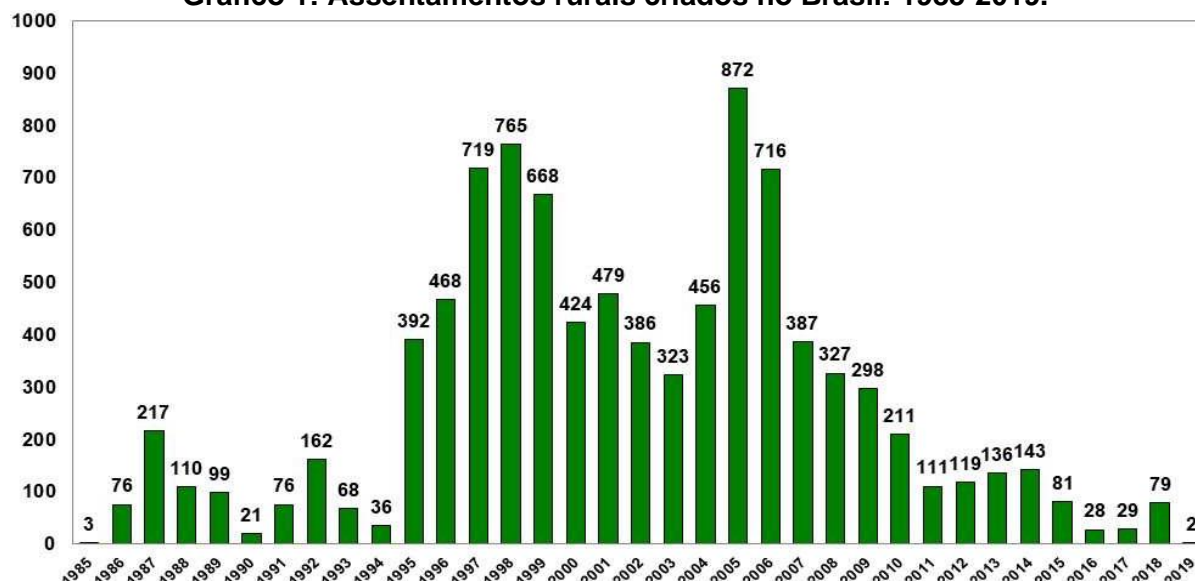
Oeste	Assoré			
Selvíria	São Joaquim, Alecrim, Canoas	9.320,44	452	2006 a 2008
Sidrolândia	Jatobá, Flórida, Santa Lúcia, Eldorado, I, II e Parte, Capão Bonito I, II e III, São Pedro, Vista Alegre, Vacaria, Giboia, Geraldo Garcia, Santa Terezinha, Altemir Tortelli, Barra Nova, Alambari, Nazareth	75.906,44	4.251	1989 a 2013
Tacuru	Novo Horizonte (Conquista I, II e III), Santa Renata, Água Viva, Tacuru da Fronteira	7.942,23	669	2000 a 2012
Taquarussu	Primavera, Bela Manhã	1988,76	107	2005 a 2011
Terenos	Nova Aliança, Rotili I, III e IV, Campo Verde, Patagônia, Nova Querência, Paraíso, Santa Mônica, 7 de Setembro, Ouro Branco, Guaicuru, Nova Canaã, Assafur, Guaicurus, Asguar, Ascont, Aspon, Vila Demétrio	29.520,94	1873	2001 a 2010
Três Lagoas	Paulistinha, Palmeiras, Pontal do Faia, Piaba, 20 de Março	4.109,84	189	2000 a 2011
Vicentina	Chácara Facundo, lote 51 – qd 30, Chácara 43 – qd 5, lote 55 – qd 30, lote 46 – qd 30 parte, lote 1 – qd 25, lote 66 – qd 41, lote 66 – qd 26, lote 19 – qd 11	70,85	10	2009 a 2015
TOTAIS	293	900.504,40	35.006	1985 - 2015

Fonte: AGRAER (2019); Org.: Assunção; Camacho (2020).

Para Fabrini (2001, p. 27), o significado da conquista da terra para os novos assentados, “[...] possibilita esperança aos trabalhadores sem-terra, pois a partir dessa conquista, o assentado assume a condição de “incluído”, não somente do ponto de vista da produção, mas também de uma inclusão social e política”.

Como resultado dos 293 assentamentos e glebas, temos quase um milhão de hectares em mãos de pouco mais de 35 mil camponeses por meio da reforma agrária. O Gráfico 1, comprova o avanço da reforma agrária por meio da luta no Brasil.

Gráfico 1: Assentamentos rurais criados no Brasil: 1985-2019.



Fonte: Dataluta (2020).

Os movimentos socioterritoriais camponeses atuantes no campo em Mato Grosso do Sul, divididos em frente de luta, estão organizados no quadro 2:

Quadro 2: Movimentos Socioterritoriais no MS – 2018.

Frente	Sigla	Nome do Movimento
Coalizão	FNL	Frente Nacional de Luta
	MAF	Movimento Sul-mato-grossense da Agricultura Familiar
	MPL	Movimento Popular de Luta
Unitária	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
	MCLRA	Movimento de Luta por Reforma Agrária
	NOVO	Novo – Central Única dos Trabalhadores Rural
	OLT	Organização de Luta pela Terra
	LCUB	Ligas Camponesas e Urbanas do Brasil,
	FETAGRI-MS	Federação da Agricultura Familiar
	CTB-MS	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
Independentes	FAF	Federação da Agricultura Familiar

Fonte: Nardoque; Kudlavicz; Melo (2018); Org.: Adenilso; Camacho (2019).

A busca dos movimentos socioterritoriais pela reforma agrária, a recriação camponesa a partir dos assentamentos e as disputas territoriais do campesinato com o latifúndio/agronegócio estão dentro de um mesmo conjunto relações que fazem parte da questão agrária, que Delgado (2018, p. 20) considera “univitelinas no tempo histórico, porque ambas se geram das estruturas agrárias historicamente configuradas”. Enfrentamentos e resoluções de conflitos avançam de acordo com a ação sociopolítica dos movimentos socioterritoriais camponeses em dado tempo histórico e do seu acúmulo de forças em relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

O camponês, que foi expropriado da terra, atualmente, enfrenta formas modernas de organização do latifúndio, o agronegócio, e, para ter acesso à terra, cria e (re)cria formas

de resistência a partir dos movimentos socioterritoriais de luta. São estratégias que buscam romper as relações sociais de produção capitalistas e o controle monopolista da propriedade das terras. Oliveira (1986, p. 82), assim explica:

Desse modo esse processo [concentração de terra pelo capital] é contraditório, pois ao mesmo tempo em que ele ocorre, abre para os camponeses novos horizontes históricos, em que a subordinação e sujeição da renda da terra aos grandes monopólios capitalistas geram para eles [os camponeses] a perspectiva e necessidade de luta não só pela propriedade da terra, mas sobretudo a luta contra o capital.

O agronegócio, para manter sua condição dominante, investe na representatividade pública, na política partidária. A fração de classe capitalista do agronegócio elege seus representantes desde a escala local à nacional: vereadores, prefeitos, deputados, senadores e governadores, que garantem, através do ato de legislar e governar, a posse e a concentração fundiária, ou seja, o monopólio das terras nas mãos de poucos¹⁰.

Por isso, a recriação camponesa só acontece através do enfrentamento de classes, campesinato contra o capital/latifúndio, buscando condições de superação da realidade em que vivem. Suas características específicas de recriação no modo de produção capitalista envolvendo, antagonismo de classe, enfrentamento, resistências e organização do trabalho e da produção, garante aos camponeses, condição de classe social *sui generis*, complexa e com características únicas (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Destarte, é importante esclarecer que para enfrentar o modelo hegemônico do agronegócio, as ações dos movimentos socioterritoriais do campo não se resumem às ocupações e acampamentos. Estão incorporados em seus saberes-fazeres a produção agroecológica, a mística, a ética, a formação, a educação, a cultura, a solidariedade entre os oprimidos, os manifestos, entre outras práticas sociais que buscam, além da conquista da terra, a superação da sociedade capitalista e de todas as formas de opressão/exploração/subordinação/alienação. A esse respeito, pondera Carvalho (2005, p. 164):

[...] o movimento camponês não se limita à luta pela terra. Mesmo quando é essa a reivindicação principal, ele compreende outros ingredientes: a cultura, a religião, a língua ou dialeto, a raça ou etnia entram na formação e desenvolvimento das suas reivindicações e lutas. Mais do que isso. Pode-se dizer que a luta pela terra é sempre e ao mesmo tempo uma luta pela preservação, conquista ou reconquista de um modo de ser e de trabalho. Todo um conjunto de valores culturais entra em linha de conta como componente do modo de ser e viver do campesinato.

¹⁰ A força do latifúndio está muito presente na política atual do MS, governador do estado. Reinaldo Azambuja, é agropecuarista da soja e do milho, possui terras principalmente na cidade de Maracaju, onde também exerceu a função de prefeito por dois mandatos (BRASIL 123, 2021).

Da mesma forma, a reterritorialização nos assentamentos, decorrentes das ocupações e resistência camponesa organizadas pelos movimentos socioterritoriais, implica como resultado, a necessidade de luta por outras políticas públicas, políticas agrícolas específicas para assentamentos, produção, saúde, assistência, educação, cultura, entre outras.

Evidenciamos, também, que fica agregado neste contexto de luta pela terra, reforçado, particularmente, pelas garantias estabelecidas na constituição de 1988, as populações tradicionais do campo (indígenas, quilombolas, ribeirinhos e extrativistas) ao estabelecer a salvaguarda dos direitos às terras tradicionais, engendrando mais uma frente de embate entre a terra capitalizada e a terra para a produção da vida.

Considerações Finais

No desenvolvimento deste artigo procuramos situar o processo histórico produzido no campo de MS pela perspectiva da resistência e luta socioterritorial camponesa contra o latifúndio-agronegócio. Tendo como reflexo desse processo, a implantação dos assentamentos no estado desde 1983, que significa a (re)criação do campesinato, representada nos sujeitos assentados.

A lógica desigual de posse e uso da terra em MS, que persiste, nos leva a acreditar que o enfrentamento de classes na contemporaneidade não irá acabar. Aliás, é reforçado pela presença do capital no campo sobre a forma de agronegócio, que organiza a produção agrícola para o lucro e, por outro lado, pela inexistência da distribuição de renda e de preservação dos recursos naturais como política pública por parte do Estado. Essa realidade não pode ser mudada sem o acesso do campesinato à terra de trabalho, bem como, a implantação de políticas públicas que atendam às suas especificidades.

O domínio do poder em escala local e regional pelas frações de classe capitalistas-latifundiárias, atravancam o processo de reprodução do campesinato, mas, contraditoriamente, iniciam a conflitualidade que dá origem aos movimentos socioterritoriais que lutam cada vez mais pela recriação camponesa em novos assentamentos, resistindo contra o capital e o agronegócio em seus territórios.

Aos movimentos socioterritoriais, cabe a tarefa de, na unidade da luta com a classe operária urbana, resistir às formas verticais, globalizantes e totalitárias do capitalismo, denunciar o falseamento do sistema democrático burguês, que, em todas as esferas, beneficia o capitalista-latifundiário e desfavorece as classes/frações de classes subalternas do campo e da cidade.

Portanto, cabem-lhes uma ‘missão histórica’ de engendrar outras formas de resistência ao capitalismo, unificar as lutas do campo (como descritas no texto) e da cidade (gueto, cortiço, favela, periferia), envolvendo as frações da classe trabalhadora urbana: trabalhadores desempregados, os desprovidos de direitos trabalhistas (informais) e os empregados formais (de carteira assinada). Unidade que ultrapasse a escala local, com caráter de classe (dos que vivem do seu trabalho) com vinculação transversal, em todas as dimensões e, simultaneamente, em todos os lugares.

Mesmo com o fator de diferencialidade existente entre os movimentos sociais, o fortalecimento da unidade em escala local, na sua multiplicidade das estratégias singulares de resistência, produzirá, possivelmente, revezes em escalas maiores e, ao final, transformações nas relações de força entre as classes sociais, suplantando as formas de subalternização, opressão e exploração das classes camponesa e operária.

Esta tarefa de fazer a operacionalização das lutas com caráter abrangente exige a organização horizontal entre os diversos movimentos nos seus diversos territórios de atuação, necessitando da fundamental presença do intelectual orgânico, colaborando com o entendimento desse processo e produzindo diálogos entre os diferentes movimentos socioterritoriais. A ação conjunta dos movimentos socioterritoriais do campo e cidade produzirá como efeito a transformação na realidade de trabalhadores nas múltiplas situações vividas.

Referências

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP-Presidente Prudente, 2003.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida, PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

AVELINO JÚNIOR. Francisco José. A geografia dos conflitos pela terra no Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de (Org.). **A questão Agrária em Mato Grosso do Sul**: uma visão multidisciplinar. 1. ed. Campo Grande: UFMS, 2008.

BRASIL. **Lei Imperial n. 3.353**, de 13 de maio de 1888. Lei Áurea. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/385454>>. Acesso em: 25 de mai. 2019.

BRASIL. **LEI n. 601, de setembro de 1850**. Lei de Terras. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em 25 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Camponeses mortos e desaparecidos**: excluídos da Justiça de transição. Brasília: Projeto Direito à Memória e à Verdade, 2013.

BRASIL 123. **Reinaldo Azambuja**: Quem é, biografia e formação política. Disponível em: <<https://brasil123.com.br/reinaldo-azambuja-que-e-biografia-e-formacao-politica/>>. Acesso: 03 out. 2021.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. Tese (Doutorado em Geografia) - FCT-UNESP, Presidente Prudente, 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de. Camponeses no capitalismo. In: CARVALHO, Horácio Martins. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **História** – Comissão Pastoral da Terra/Mato Grosso do Sul (1978 – 1992). Campo Grande/MS, 1993.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889 – 1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

DAL MORO, Nataniél. Trabalhadores migrantes e trabalhadores locais: a questão dos discursos sobre o “outro” no Sul de Mato Grosso nas décadas de 1960-1970. **Projeto História**, São Paulo, n.33, p. 351-363, dez. 2006.

DELGADO, Guilherme Costa. Atualidade da questão da terra no Brasil: embates e ressignificações. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira**: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária hoje. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo**: do governo FHC aos governos Petistas (Questão Agrária e Reforma Agrária). Curitiba: Editora CRF, 2018.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra**: experiências e lutas no Paraná. Marechal Candido Rondon: LGeo, 2001.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FABRINI, João Edmilson. A existência (e resistência) camponesa no Sul de Mato Grosso do Sul. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas/MS**, n. 29, ano, 15 mai. 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STEDILE, Joao Pedro. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**: formação e territorialização em São Paulo. 2. ed, São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14 – 34, jan./jun. 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GRESSLER, Lori alicé; SWENSSON, Lauro Joppert. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul. Estado: Dourados, L.A. Gressler, 1988.

GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Pereira; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec. 1986.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2011. V.1.

MATO GROSSO DO SUL. Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural do Mato Grosso do Sul (AGRAER). **Assentamentos de Mato Grosso do Sul**, 2019.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de. **A história dos movimentos sociais do campo**. Rio de Janeiro: Fases, 1989.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Camponeses, cultura e inovações. In: LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

NARDOQUE, Sedeval; KUDLAVICZ, Mieceslau; MELO, Danilo Souza. Acampamentos em Mato Grosso Do Sul: retomada da luta pela terra? **BOLETIM DATA LUTA**, 2018.

NOVAES, Henrique T. (Org). **O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro: Record, 1990.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. **Esta terra tinha dono**. São Paulo: FTD, 1996.

PRICE, Richard. O milagre da crioulação: retrospectiva. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 25, n. 3, 2003.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Política pública para o agronegócio**. 2015. Disponível em: <<http://senar-es.org.br/doc/uc/UC%2010%20-%20Poli%CC%81ticas%20Pu%CC%81blicas%20para%20o%20Agronego%CC%81cio.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2019.

SILVA, Celso José da. Marchas e contramarchas do mandonismo local. Caeté - um estudo de caso). **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Coleção Estudos Sociais e Políticos, n. 33, 1975.I.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 2008.

STEDILE, Joao Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS**: “o pivô da questão”. Tese (Doutorados em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia: UNESP - Presidente Prudente, 2009.

Sobre os autores

Adenilso dos Santos Assunção – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS). Especialização em Educação do Campo pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-7421-793X>

Rodrigo Simão Camacho – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Presidente Prudente. Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDUC) e no Programa Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação e Territorialidade (PPGET) na Faculdade Intercultural Indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-3826-6248>

Como citar este artigo

ASSUNÇÃO, Adenilso dos Santos; CAMACHO, Rodrigo Simão. A geografia e a história da luta pela terra no Mato Grosso do Sul: conquistas e desafios para o campesinato. **Revista NERA**, v. 25, n. 62, p. 22-50, jan.-abr., 2022.

Declaração de Contribuição Individual

Nós, Adenilso dos Santos Assunção e Rodrigo Simão Camacho declaramos, para fins de submissão à Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que o artigo A geografia e a história da luta pela terra em Mato Grosso do Sul, é original, inédito e não foi submetido a outro periódico, bem como expresso anuência acerca da Submissão e da Política Editorial, Diretrizes para

Publicação e Declaração de Direito Autoral, que se aplicará em caso de publicação do trabalho supracitado. Declaramos, também, na qualidade de autor do manuscrito, que participamos da construção e formação deste estudo, e assumimos a responsabilidade pública pelo conteúdo deste. A contribuição é resultado de pesquisa de campo. coleta, análise e interpretação dos dados, leitura de referenciais teóricos realizadas na produção da redação do texto, que é parte da dissertação de mestrado de um dos coautores.

Recebido para publicação em 25 de junho de 2020.

Devolvido para revisão em 30 de agosto de 2021.

Aceito para publicação em 30 de outubro de 2021.
